

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Gabinete do Secretário de Estado
da Comunicação Social**

Despacho n.º 21 532/2001 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho, torna-se pública a lista dos acontecimentos que devem ser qualificados de interesse generalizado do público para efeitos do disposto no n.º 2 daquele preceito, devendo o seu acesso ser facultado, pelos adquirentes dos respectivos direitos exclusivos que emitam em regime de acesso condicionado ou sem cobertura nacional aos operadores interessados na sua transmissão televisiva que emitam por via hertziana com cobertura nacional e acesso não condicionado:

- a) Jogos oficiais da Selecção Nacional A de futebol;
- b) Final da Taça de Portugal de futebol;
- c) Um jogo por jornada do campeonato nacional de futebol da I Liga, envolvendo necessariamente uma das três equipas melhor classificadas nos campeonatos das últimas cinco épocas, considerando para o efeito o cômputo acumulado das respectivas classificações no conjunto dessas épocas;
- d) Um jogo por jornada, ou por mão de uma eliminatória, da Liga dos Campeões em que participarem equipas portuguesas;
- e) Um jogo por eliminatória da Taça UEFA, a partir dos quartos de final, em que participem equipas portuguesas;
- f) Finais das competições de clubes organizadas pela UEFA;
- g) Meias-finais e final do Campeonato da Europa de futebol entre selecções;
- h) Finais das competições de clubes organizadas pela FIFA;
- i) Meias-finais e final do Campeonato do Mundo de futebol entre selecções;
- j) Jogos das Selecções Nacionais A de andebol, basquetebol, voleibol e hóquei em patins a contar para a fase final dos Campeonatos Mundial e Europeu;
- k) Finais das competições oficiais internacionais entre clubes em que participem equipas portuguesas nas modalidades de andebol, basquetebol e hóquei em patins;
- l) Cerimónias de abertura e de encerramento dos Jogos Olímpicos de Verão;
- m) Provas em que participem atletas portugueses nos Jogos Olímpicos de Verão;
- n) Provas em que participem atletas portugueses nos Campeonatos da Europa e do Mundo de Atletismo.

2 — Os acontecimentos referidos nas alíneas a) a g) do número anterior são obrigatoriamente transmitidos, integralmente e em directo, pelos operadores beneficiários da cedência dos respectivos direitos exclusivos ao abrigo do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho.

9 de Outubro de 2001. — O Secretário de Estado da Comunicação Social, *Alberto Arons Braga de Carvalho*.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Despacho conjunto n.º 943/2001. — Tornando-se necessário prover o lugar de subdirector-geral do Ensino Superior que actualmente se encontra vago;

Tendo em conta o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 369/98, de 23 de Novembro, e ao abrigo do artigo 3.º, conjugado com o n.º 1 e do n.º 6, alínea c), do artigo 18.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral do Ensino Superior o mestre Fernando Jorge Dores Costa.

2 — O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de Setembro de 2001.

27 de Setembro de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro da Educação, *Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Departamento Geral de Administração****Aviso n.º 12 584/2001 (2.ª série):**

José Pedro Machado Vieira, 1.º secretário de embaixada, a prestar serviço na Embaixada de Portugal em Oslo — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de Setembro de 2001 transferindo-o para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Florbela Alinho Paraíba, 2.ª secretária de embaixada, a prestar serviço na Missão de Portugal em Dili — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de Setembro de 2001 transferindo-a para a Embaixada de Portugal em Washington.

Carlos Reino Antunes, 3.º secretário de embaixada, colocado nos serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de Setembro de 2001 colocando-o na Embaixada de Portugal em Oslo.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Outubro de 2001. — O Director do Departamento, *António de Almeida Ribeiro*.

**MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA DEFESA NACIONAL**

Portaria n.º 1701/2001 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 1108/2000, de 27 de Novembro, nomear o sargento-chefe MELIAY 016701-A, Luís Manuel Labrega dos Santos, para o cargo de amanuense/arquivista do Gabinete Conjunto do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Maputo, República de Moçambique, em substituição do sargento-mor SE 945963, Joaquim José Correia dos Santos, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o sargento agora nomeado assuma funções, a qual produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2001. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2001. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena*.

Portaria n.º 1702/2001 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 7.º, n.º 1, alínea c), 8.º, 9.º e 10.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 1108/2000, de 27 de Novembro, nomear o cidadão cabo-verdiano António dos Santos Lopes para o cargo de condutor do Gabinete Conjunto do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Luanda, República de Angola.

A presente portaria produz efeitos desde 2 de Julho de 2001. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2001. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena*.

Portaria n.º 1703/2001 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 7.º, n.º 1, alínea c), 8.º, 9.º e 10.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 1108/2000, de 27 de Novembro, nomear o cidadão português João da Cunha Barros para o cargo de condutor do Gabinete Conjunto dos Adidos junto da Embaixada de Portugal em Washington, Estados Unidos da América.

A presente portaria produz efeitos desde 2 de Julho de 2001. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2001. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena*.